

O ideal utópico do direito humano à comunicação como inspiração para a NOMIC e para a compreensão dos atuais fluxos comunicacionais em um mundo sem fronteiras: Jean d'Arcy sempre presente

El ideal utópico del derecho humano a la comunicación como inspiración para la NOMIC y para la comprensión de los flujos de comunicación actuales en un mundo sin fronteras: Jean d'Arcy siempre presente

The utopian ideal of the human right to communication as an inspiration for NWICO and for the understanding of current communication flows in a world without borders: Jean d'Arcy always present

Edgard Rebouças

Professor doutor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades e nos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES.

Contato: edgard.reboucas@ufes.br

Submetido: 16.04.2021 - Aprovado: 25.07.2021



Creative Commons



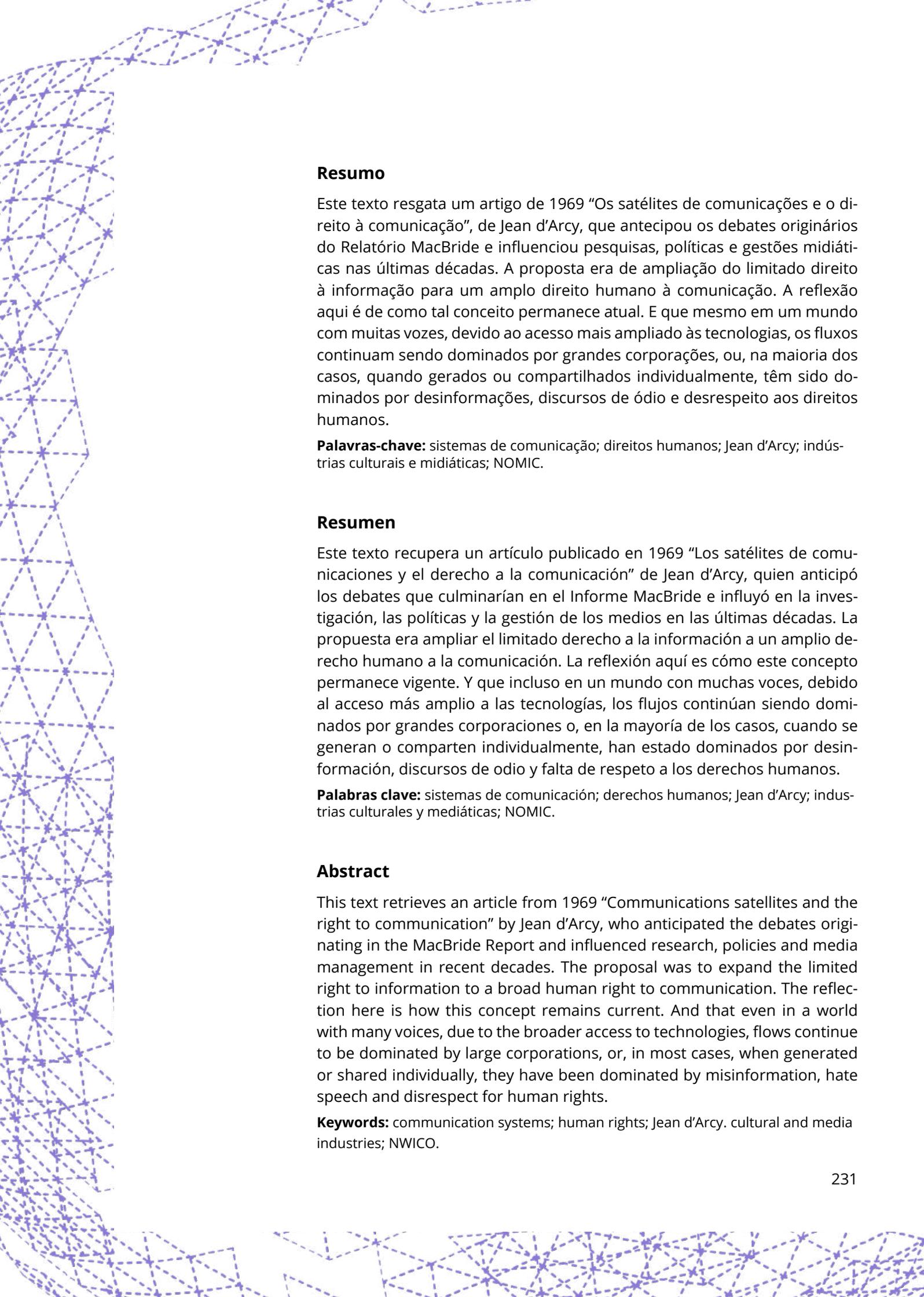
Atribuição



Não Comercial



Compartilhe Igual



Resumo

Este texto resgata um artigo de 1969 “Os satélites de comunicações e o direito à comunicação”, de Jean d’Arcy, que antecipou os debates originários do Relatório MacBride e influenciou pesquisas, políticas e gestões midiáticas nas últimas décadas. A proposta era de ampliação do limitado direito à informação para um amplo direito humano à comunicação. A reflexão aqui é de como tal conceito permanece atual. E que mesmo em um mundo com muitas vozes, devido ao acesso mais ampliado às tecnologias, os fluxos continuam sendo dominados por grandes corporações, ou, na maioria dos casos, quando gerados ou compartilhados individualmente, têm sido dominados por desinformações, discursos de ódio e desrespeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: sistemas de comunicação; direitos humanos; Jean d’Arcy; indústrias culturais e midiáticas; NOMIC.

Resumen

Este texto recupera un artículo publicado en 1969 “Los satélites de comunicaciones y el derecho a la comunicación” de Jean d’Arcy, quien anticipó los debates que culminarían en el Informe MacBride e influyó en la investigación, las políticas y la gestión de los medios en las últimas décadas. La propuesta era ampliar el limitado derecho a la información a un amplio derecho humano a la comunicación. La reflexión aquí es cómo este concepto permanece vigente. Y que incluso en un mundo con muchas voces, debido al acceso más amplio a las tecnologías, los flujos continúan siendo dominados por grandes corporaciones o, en la mayoría de los casos, cuando se generan o comparten individualmente, han estado dominados por desinformación, discursos de odio y falta de respeto a los derechos humanos.

Palabras clave: sistemas de comunicación; derechos humanos; Jean d’Arcy; industrias culturales y mediáticas; NOMIC.

Abstract

This text retrieves an article from 1969 “Communications satellites and the right to communication” by Jean d’Arcy, who anticipated the debates originating in the MacBride Report and influenced research, policies and media management in recent decades. The proposal was to expand the limited right to information to a broad human right to communication. The reflection here is how this concept remains current. And that even in a world with many voices, due to the broader access to technologies, flows continue to be dominated by large corporations, or, in most cases, when generated or shared individually, they have been dominated by misinformation, hate speech and disrespect for human rights.

Keywords: communication systems; human rights; Jean d’Arcy. cultural and media industries; NWICO.

1 Atualmente chamado de Departamento de Comunicação Global, na sede da ONU, em Nova York.

2 O original impresso, em inglês, foi encontrado graças ao esforço do pessoal da Biblioteca e Arquivos da Unesco, em Paris, a quem fica aqui um grande agradecimento. Tal profissionalismo é que está possibilitando que este texto seja disponibilizado online pela primeira vez na história.

3 Só as histórias envolvendo os acertos e equívocos em torno do Sputnik 1 dariam um artigo inteiro, mas isso pode ficar para outra edição. Para quem se interessar, há uma pequena bibliografia sobre o tema, como *Sputnik: The Shock of the Century*, de Paul Dickson; *Red Moon Rising: Sputnik and the Hidden Rivalries that Ignited the Space Age*, de Matthew Brzezinski; e *Space Race: The Epic Battle Between America and the Soviet Union for Dominion of Space*, de Deborah Candbury.

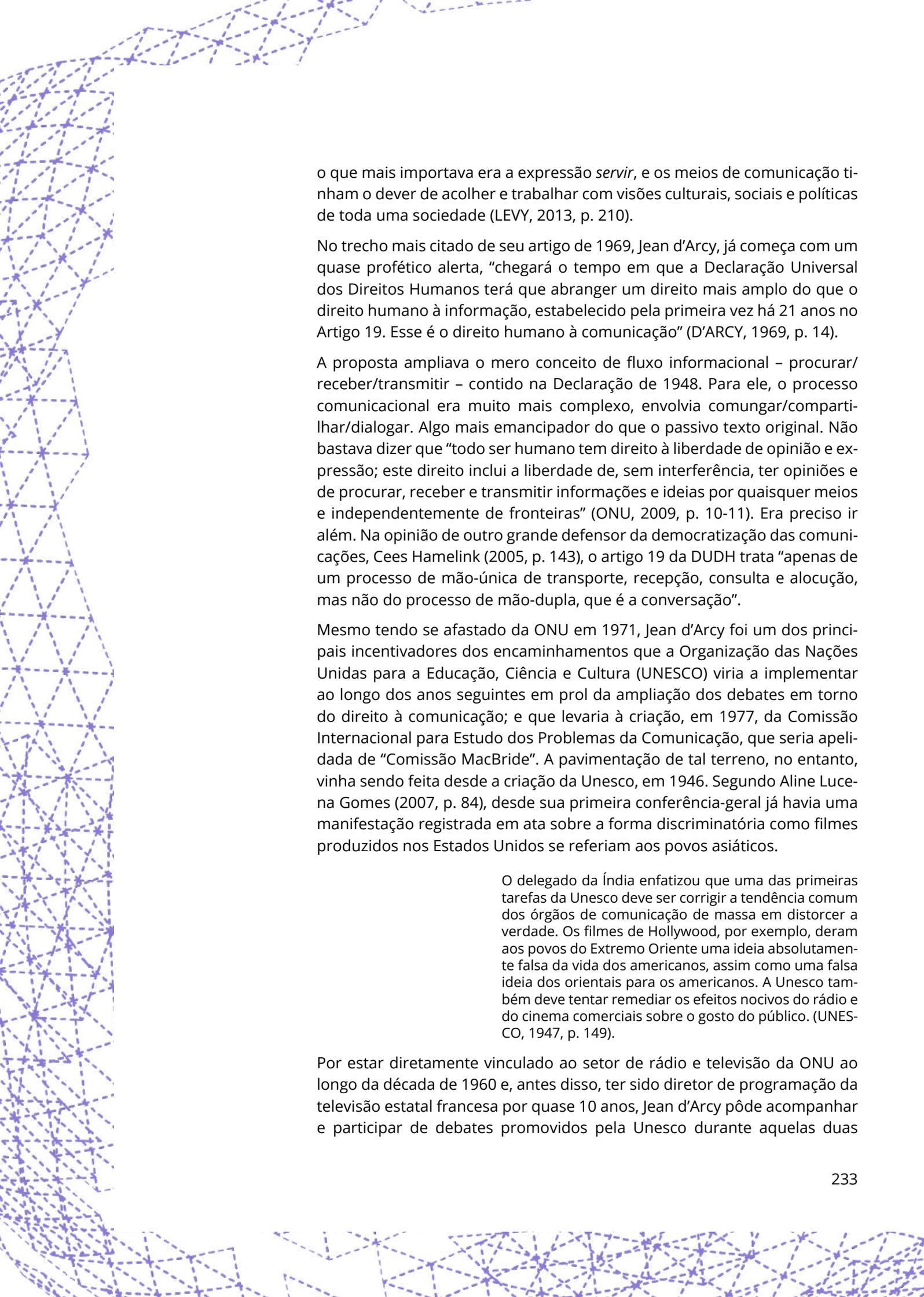
Introdução

Mesmo com muita das atenções voltadas para a pandemia do Covid-19, as engrenagens estruturais de poder das indústrias culturais e midiáticas continuam funcionando com toda força, ainda mais com o mundo demandando por um maior volume e fluxo de conteúdos midiáticos de informação, de educação e de entretenimento, e ficando cada vez mais dependente das tecnologias de comunicações. Mas nada disso é novo, como querem fazer acreditar forças do mercado e seus porta-vozes. Como parte do necessário resgate dos 40 anos da publicação do Relatório MacBride, este texto vem prestar reconhecimento e homenagem a um dos precursores de todo o processo que gerou os debates em torno da então chamada Nova Ordem Mundial da Comunicação e de Informação (NOMIC): Jean d'Arcy, o criador do conceito de "direito humano à comunicação". Vem ainda mostrar o quão atual são suas reflexões e pertinentes são suas provocações.

Exatos 11 anos antes da conclusão dos trabalhos da Comissão Internacional para os Estudos dos Problemas da Comunicação, em agosto de 1969, o então diretor da Divisão de Serviços de Rádio e Televisão, do Gabinete de Informação Pública das Nações Unidas¹ publicou seu famoso artigo "Os satélites de comunicações e o direito à comunicação" [que a Revista *Eptic* disponibiliza abaixo na íntegra, pela primeira vez em português²]. Muito citado, mas nem tanto lido pela dificuldade de acesso, o pequeno texto de cinco páginas abria uma edição especial da revista da União Europeia de Empresas Públicas de Radiodifusão (EBU). Nele, Jean d'Arcy fazia uma análise sobre o que entendia ser o grande avanço nos processos comunicacionais daquele momento – os satélites de transmissão direta de rádio e televisão – e como isso poderia colaborar para a democratização das comunicações. Ela também fazia uma provocação para que o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos fosse reescrito.

Era uma época de euforia no campo das conquistas propiciadas pelas tecnologias, afinal de contas, algumas semanas antes da redação do artigo, no dia 20 de julho de 1969, telespectadores de quase todo o planeta puderam assistir à transmissão ao vivo da chegada de Neil Armstrong e Buzz Aldrin em solo lunar. Um feito de propaganda dos Estados Unidos na corrida espacial com a então União Soviética, mas um grande salto para a humanidade do ponto de vista científico e das tecnologias de comunicações. Quase doze anos antes, os soviéticos haviam marcado o primeiro ponto nessa disputa – também se valendo de um artefato tecnológico do setor das comunicações –, ao lançarem, em 4 de outubro de 1957, o *Sputnik 1*, o primeiro satélite (re) transmissor de sinais de radiodifusão³.

Jean d'Arcy não era um acadêmico, sim um profissional das comunicações dedicado exclusivamente à coisa pública. Para ele, seu papel era o de exercer uma ação pedagógica, que consistia em explicar e repetir o conjunto de regras e princípios da sua concepção de serviço público. Em suas palavras,



o que mais importava era a expressão *servir*, e os meios de comunicação tinham o dever de acolher e trabalhar com visões culturais, sociais e políticas de toda uma sociedade (LEVY, 2013, p. 210).

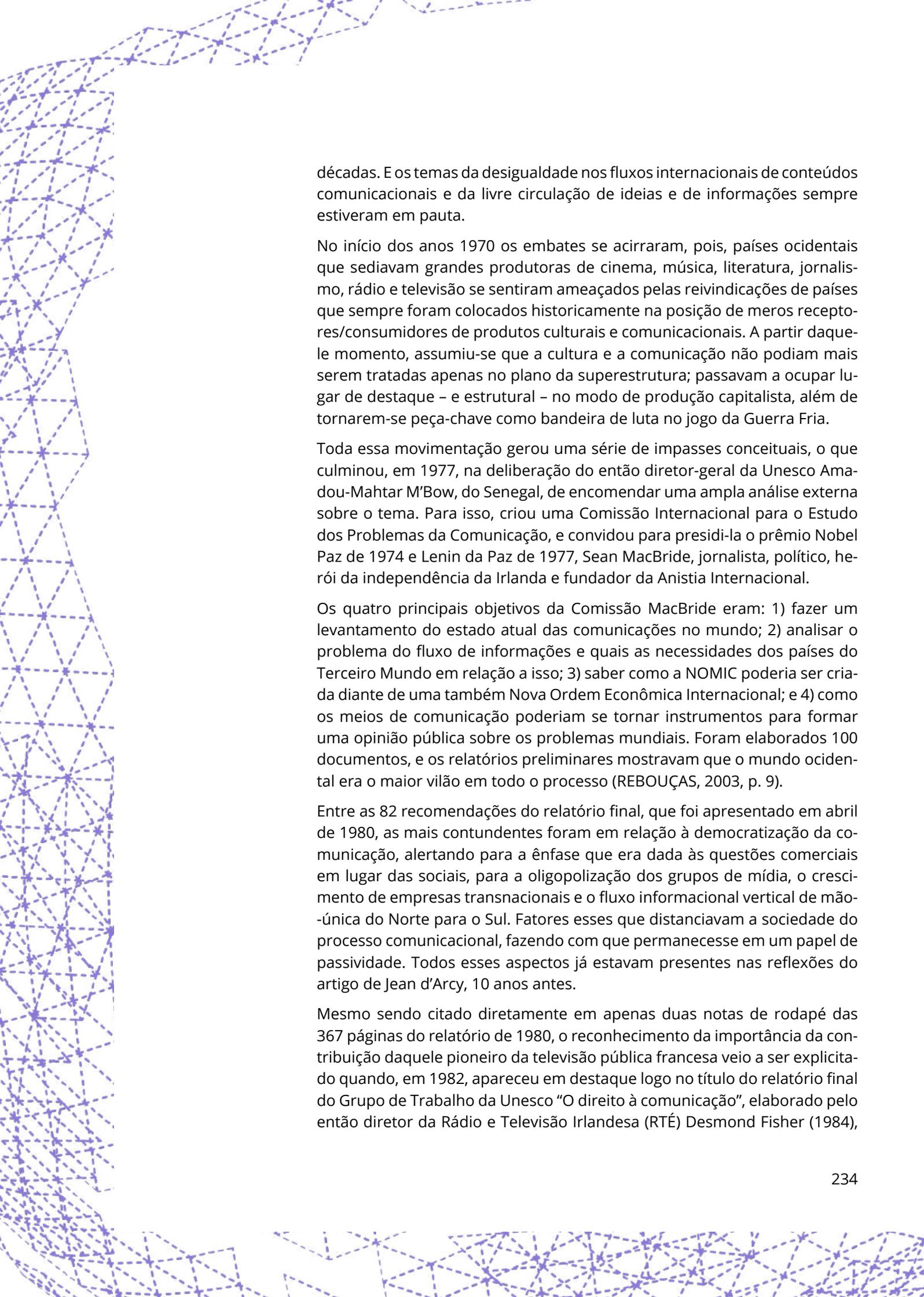
No trecho mais citado de seu artigo de 1969, Jean d'Arcy, já começa com um quase profético alerta, "chegará o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá que abranger um direito mais amplo do que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez há 21 anos no Artigo 19. Esse é o direito humano à comunicação" (D'ARCY, 1969, p. 14).

A proposta ampliava o mero conceito de fluxo informacional – procurar/receber/transmitir – contido na Declaração de 1948. Para ele, o processo comunicacional era muito mais complexo, envolvia comungar/compartilhar/dialogar. Algo mais emancipador do que o passivo texto original. Não bastava dizer que "todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras" (ONU, 2009, p. 10-11). Era preciso ir além. Na opinião de outro grande defensor da democratização das comunicações, Cees Hamelink (2005, p. 143), o artigo 19 da DUDH trata "apenas de um processo de mão-única de transporte, recepção, consulta e alocação, mas não do processo de mão-dupla, que é a conversação".

Mesmo tendo se afastado da ONU em 1971, Jean d'Arcy foi um dos principais incentivadores dos encaminhamentos que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) viria a implementar ao longo dos anos seguintes em prol da ampliação dos debates em torno do direito à comunicação; e que levaria à criação, em 1977, da Comissão Internacional para Estudo dos Problemas da Comunicação, que seria apelidada de "Comissão MacBride". A pavimentação de tal terreno, no entanto, vinha sendo feita desde a criação da Unesco, em 1946. Segundo Aline Lucena Gomes (2007, p. 84), desde sua primeira conferência-geral já havia uma manifestação registrada em ata sobre a forma discriminatória como filmes produzidos nos Estados Unidos se referiam aos povos asiáticos.

O delegado da Índia enfatizou que uma das primeiras tarefas da Unesco deve ser corrigir a tendência comum dos órgãos de comunicação de massa em distorcer a verdade. Os filmes de Hollywood, por exemplo, deram aos povos do Extremo Oriente uma ideia absolutamente falsa da vida dos americanos, assim como uma falsa ideia dos orientais para os americanos. A Unesco também deve tentar remediar os efeitos nocivos do rádio e do cinema comerciais sobre o gosto do público. (UNESCO, 1947, p. 149).

Por estar diretamente vinculado ao setor de rádio e televisão da ONU ao longo da década de 1960 e, antes disso, ter sido diretor de programação da televisão estatal francesa por quase 10 anos, Jean d'Arcy pôde acompanhar e participar de debates promovidos pela Unesco durante aquelas duas



décadas. E os temas da desigualdade nos fluxos internacionais de conteúdos comunicacionais e da livre circulação de ideias e de informações sempre estiveram em pauta.

No início dos anos 1970 os embates se acirraram, pois, países ocidentais que sediavam grandes produtoras de cinema, música, literatura, jornalismo, rádio e televisão se sentiram ameaçados pelas reivindicações de países que sempre foram colocados historicamente na posição de meros receptores/consumidores de produtos culturais e comunicacionais. A partir daquele momento, assumiu-se que a cultura e a comunicação não podiam mais serem tratadas apenas no plano da superestrutura; passavam a ocupar lugar de destaque – e estrutural – no modo de produção capitalista, além de tornarem-se peça-chave como bandeira de luta no jogo da Guerra Fria.

Toda essa movimentação gerou uma série de impasses conceituais, o que culminou, em 1977, na deliberação do então diretor-geral da Unesco Amadou-Mahtar M'Bow, do Senegal, de encomendar uma ampla análise externa sobre o tema. Para isso, criou uma Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, e convidou para presidi-la o prêmio Nobel Paz de 1974 e Lenin da Paz de 1977, Sean MacBride, jornalista, político, herói da independência da Irlanda e fundador da Anistia Internacional.

Os quatro principais objetivos da Comissão MacBride eram: 1) fazer um levantamento do estado atual das comunicações no mundo; 2) analisar o problema do fluxo de informações e quais as necessidades dos países do Terceiro Mundo em relação a isso; 3) saber como a NOMIC poderia ser criada diante de uma também Nova Ordem Econômica Internacional; e 4) como os meios de comunicação poderiam se tornar instrumentos para formar uma opinião pública sobre os problemas mundiais. Foram elaborados 100 documentos, e os relatórios preliminares mostravam que o mundo ocidental era o maior vilão em todo o processo (REBOUÇAS, 2003, p. 9).

Entre as 82 recomendações do relatório final, que foi apresentado em abril de 1980, as mais contundentes foram em relação à democratização da comunicação, alertando para a ênfase que era dada às questões comerciais em lugar das sociais, para a oligopolização dos grupos de mídia, o crescimento de empresas transnacionais e o fluxo informacional vertical de mão-única do Norte para o Sul. Fatores esses que distanciavam a sociedade do processo comunicacional, fazendo com que permanecesse em um papel de passividade. Todos esses aspectos já estavam presentes nas reflexões do artigo de Jean d'Arcy, 10 anos antes.

Mesmo sendo citado diretamente em apenas duas notas de rodapé das 367 páginas do relatório de 1980, o reconhecimento da importância da contribuição daquele pioneiro da televisão pública francesa veio a ser explicitado quando, em 1982, apareceu em destaque logo no título do relatório final do Grupo de Trabalho da Unesco "O direito à comunicação", elaborado pelo então diretor da Rádio e Televisão Irlandesa (RTÉ) Desmond Fisher (1984),



ainda como reflexo dos debates em torno da NOMIC. No entanto, o próprio Relatório MacBride já destacava o conceito de “Direito à comunicação”, tendo-o como título da quarta parte de seu capítulo 12, dedicado à “Democratização da comunicação”.

O direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do processo constante em direção à liberdade e à democracia. Em todas as épocas históricas, o homem lutou para se libertar dos poderes que o dominavam, independentemente de que fossem políticos, econômicos, sociais ou religiosos, e que tentavam impedir a comunicação. [...] Hoje em dia, prossegue a luta por estender os direitos humanos e conseguir com que o mundo das comunicações seja mais democrático que agora. [...] A exigência de circulação de dupla direção, de intercâmbio livre e de possibilidades de acesso e participação dão nova dimensão qualitativa às liberdades conquistadas sucessivamente no passado. (UNESCO, 1983, p. 287).

A referência ao ideal defendido inicialmente em 1969 veio na sequência desta citação, que dizia: “um dos primeiros promotores do ‘direito à comunicação’, Jean d’Arcy, delineou as etapas sucessivas que poderia facilitar sua adoção” (UNESCO, 1983, p. 290). E depois de listar todo o caminho do processo comunicacional resgatado por ele, da ágora grega à televisão via satélite, o Relatório MacBride cita diretamente o avanço por ele sugerido no Documento nº 36, que serviu de base para a Comissão: “hoje em dia parece possível um novo passo a diante: o direito do homem à comunicação, derivando de nossas últimas vitórias sobre o tempo e o espaço” (UNESCO, 1983, p. 290).

Como a história registrou sequer as propostas da Comissão Internacional para os Estudos dos Problemas da Comunicação foram levadas a diante, graças ao boicote-sabotagem promovido pelos Estados Unidos e seus aliados nos anos seguintes, pouco menos a ousadia de querer avançar com a democratização da comunicação a partir da complementação do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Não há nada de novo debaixo do Sol

O texto original de Jean d’Arcy, mesmo tendo sido escrito há mais de 50 anos, é de uma atualidade surpreendente. Em um momento em que muitas pessoas acreditam – e propalam – que tudo é novidade, que a internet é a “revolução” nos processos comunicacionais, ou que somente agora o fluxo informacional pode ser democratizado, as reflexões de Jean d’Arcy sobre o que ocorreu com o jornal, o cinema, o rádio, a televisão e os satélites podem soar como um plágio desatualizado. Mas o que ocorre é exatamente o inverso. São dele algumas das primeiras fundamentações do que hoje vem sendo tratado por alguns como “empoderamento midiático” (CASTELLS, 2015).



4 Inicialmente, uma rede de emissoras públicas de rádio e televisão europeias criada para a transmissão da coroação da Rainha Elizabeth II, em junho de 1953, e o intercâmbio de programas, mas que se tornou também uma das maiores entidades de defesa e promoção de políticas públicas para o setor. Tendo o nome oficial de European Broadcasting Union (EBU), reúne atualmente 115 membros de 56 países da Europa, Oriente Médio e Norte da África; entre eles grandes emissoras como *BBC*, *Deutsche Welle*, *Radio France*, *RAI*, *RTP*, *RTVE* e *Radio Vaticana*. A lista completa está disponível em <https://www.ebu.ch/about/members>.

5 D'Arcy, J. Conférence. Stage international des réalisateurs, archives du Comité d'histoire de la télévision (CHTV), fonds Jean d'Arcy, Archives du Comité d'histoire de la télévision, 1957.

Tendo sido, desde o início dos anos 1950, criador de programas na televisão pública francesa, idealizador da rede *Eurovision*⁴ e, posteriormente, dirigente no Gabinete de Informação Pública da ONU, Jean d'Arcy acumulava conhecimentos suficientes para analisar sobre como cada “nova” tecnologia era recebida com ceticismo e apreensão pelo público e pelos críticos, e para alertar sobre a responsabilidade dos profissionais da área diante de cada avanço que surgia. Lembrando ainda que os meios e as mensagens se complementam, mas que não são de forma alguma a mesma coisa, como sugeria um dos pensadores mais badalados da época: Marshall McLuhan.

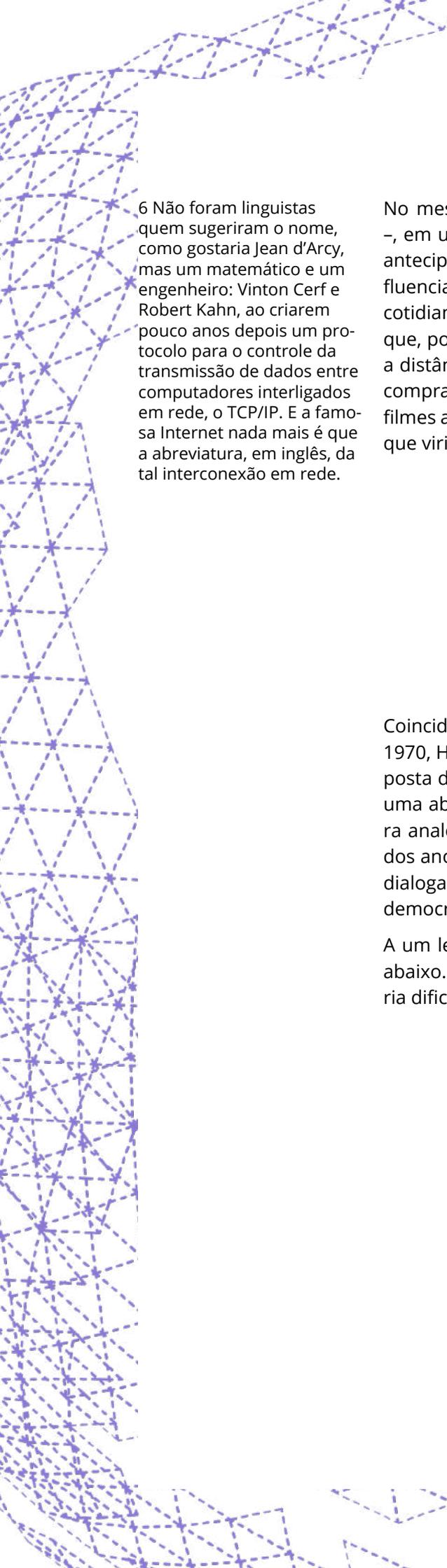
A trajetória de Jean d'Arcy também serviria para colaborar com os debates em torno da comunicação pública e seu papel para a democracia. Tendo sido membro da Resistência Francesa durante a guerra contra o nazi-fascismo, sua concepção de ocupação de espaço e de formação de redes para a defesa da liberdade e da democracia forneceu a ele bases muito sólidas para os ideais pelos quais defenderia nos anos seguintes. E o fortalecimento do campo da rádio e da televisão pública foi o que guiou suas ações e reflexões nos anos que ocupou cargos de gestão na *Radiodiffusion-Télévision Française* (RTF), de 1952 a 1959; e na ONU, de 1961 a 1971; ou de conselheiro no *Institut national de l'audiovisuelle* (INA) e no *Haut Conseil de l'audiovisuel*, ao longo dos anos 1970.

Tal visão é bem perceptível em um discurso feito na Escola de Guerra, quando destacou que “antes de ser uma ferramenta de propaganda, de publicidade ou de ação psicológica, os órgãos de rádio e televisão têm uma missão social e humana a ser cumprida, ante de serem um instrumento, são um serviço” (D'ARCY, 1956).

No verbete do “*Dictionnaire encyclopédique et critique des publics*” consagrado a ele, a biógrafa Sylvie Pierre (2019) diz que é possível resumir o pensamento de Jean d'Arcy na visão que ele tinha de colaborar para a construção cidadã de um telespectador ativo “muito mais aberto, crítico, alerta e consciente do que se imagina” (D'ARCY, 1957⁵, apud PIERRE, 2019). E complementa a citação:

Acho que é possível entreter, informar e educar ao mesmo tempo. Acho que, em um programa de televisão, não se deve ter apenas uma dessas metas. Acredito que todos os programas, até os de variedades, devem ter esses três objetivos em mente ao mesmo tempo. (PIERRE, 2019).

Muitos paralelos podem ser feitos entre os apontamentos presentes no texto de 1969 e alguns avanços mais recentes no campo das comunicações, sobretudo a partir do acesso mais amplo a dispositivos móveis capazes não apenas de baixar conteúdos midiáticos, mas também de subir áudios, vídeos, imagens e textos próprios, além de compartilhar conteúdos alheios. No entanto, em momento algum Jean d'Arcy se arriscou em exercícios de futurologia ou foi cegado por deslumbramentos tecnicistas.



6 Não foram linguistas quem sugeriram o nome, como gostaria Jean d'Arcy, mas um matemático e um engenheiro: Vinton Cerf e Robert Kahn, ao criarem pouco anos depois um protocolo para o controle da transmissão de dados entre computadores interligados em rede, o TCP/IP. E a famosa Internet nada mais é que a abreviatura, em inglês, da tal interconexão em rede.

No mesmo mês da publicação original desse texto – novembro de 1969 –, em uma entrevista para o programa *Eurêka*, da TV pública francesa, ele antecipou a criação de algo que não sabia ainda o nome, mas que iria influenciar na forma como as pessoas se relacionavam com comportamentos cotidianos, para além dos campos do entretenimento ou da educação. Algo que, por meio de textos, sons e imagens, poderia ser usado para o ensino a distância, brincar de jogos com amigos ou contra um computador, fazer compras por correspondência, se informar ou escolher que programas ou filmes assistir a partir de um catálogo de opções ilimitadas. Alguma ideia do que viria a ser?

Podemos nos perguntar se o nome “televisão” continuará a ser o mais apropriado. Se corresponde a essa circulação extraordinária que vislumbramos para o futuro: algo novo, com sons e imagens, mas livre. Televisão vincula a uma certa passividade. O que está por vir implica em uma participação ativa de cada um. De fato, não temos ainda uma palavra para isso. Espero que os linguistas encontrem um nome. Na minha opinião é essa novidade que definirá muito bem as possibilidades extraordinárias de circulação de sons e imagens. (LA TÉLÉVISION, 1969)⁶.

Coincidentemente, poucos meses depois dessa entrevista, no início de 1970, Hans Magnus Enzensberger (2003) publicaria, na Alemanha, sua proposta de “caixa de ferramentas para uma teoria das mídias”, onde sugeriu uma abordagem emancipadora do fazer televisivo. Tratava-se de uma clara analogia ao que Bertold Brecht havia pretendido para o rádio, no final dos anos 1920, e Walter Benjamin para o cinema, nos anos 1930. Algo que dialogaria bem com a compreensão de Jean d'Arcy para a possibilidade de democratização da comunicação, a partir do amplo acesso às tecnologias.

A um leitor desavisado, seria difícil distinguir quem escreveu a passagem abaixo. Se o ensaísta alemão ou o servidor público francês. Também haveria dificuldade em se afirmar em que década tal texto foi escrito:

No lugar de definições normativas, arrolamos uma lista incompleta de desenvolvimentos recentes que apareceram nos últimos vinte anos. Entre eles, satélites de comunicação, televisão em cores, a cabo e com videocassete, registro magnético de imagens, câmeras de vídeo, videofone, som estereofônico, tecnologia a laser, fotocopiadoras, impressoras eletrônicas de alta velocidade, máquinas de registro e de treinamento, microfones com acesso eletrônico, computadores com processamento paralelo, bancos de dados. Todas essas novas mídias se relacionam entre si e com meios mais antigos, como a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão, o telefone, o telex, o radar etc. Cada vez mais, eles se unem em um sistema universal. (ENZENSBERGER, 2003, p. 11).

7 Há uma tradução brasileira do texto de Brecht, sob a responsabilidade de Regina Carvalho e Valci Zuculoto, em: MEDITSCH, E. (Org.). *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1, p. 35-45.

Em um relatório específico produzido como um dos documentos de base para a Comissão MacBride, Jean d'Arcy (1978) também emprestou a inspiração utópica de Bertold Brecht, de sua *Teoria do Rádio*, para fundamentar sua concepção de democratização das comunicações.

É preciso transformar o rádio de meio de difusão em meio de comunicação. O rádio poderia ser o mais maravilhoso meio de comunicação imaginável para o público – uma enorme rede entrecruzada. Se fosse capaz de não apenas receber, mas também transmitir, ele poderia dar ao espectador não apenas a possibilidade de escutar, mas de falar; e, ao invés de o isolar, colocá-lo em contato. (BRECHT, 1932, apud D'ARCY, 1978, p. 12).⁷

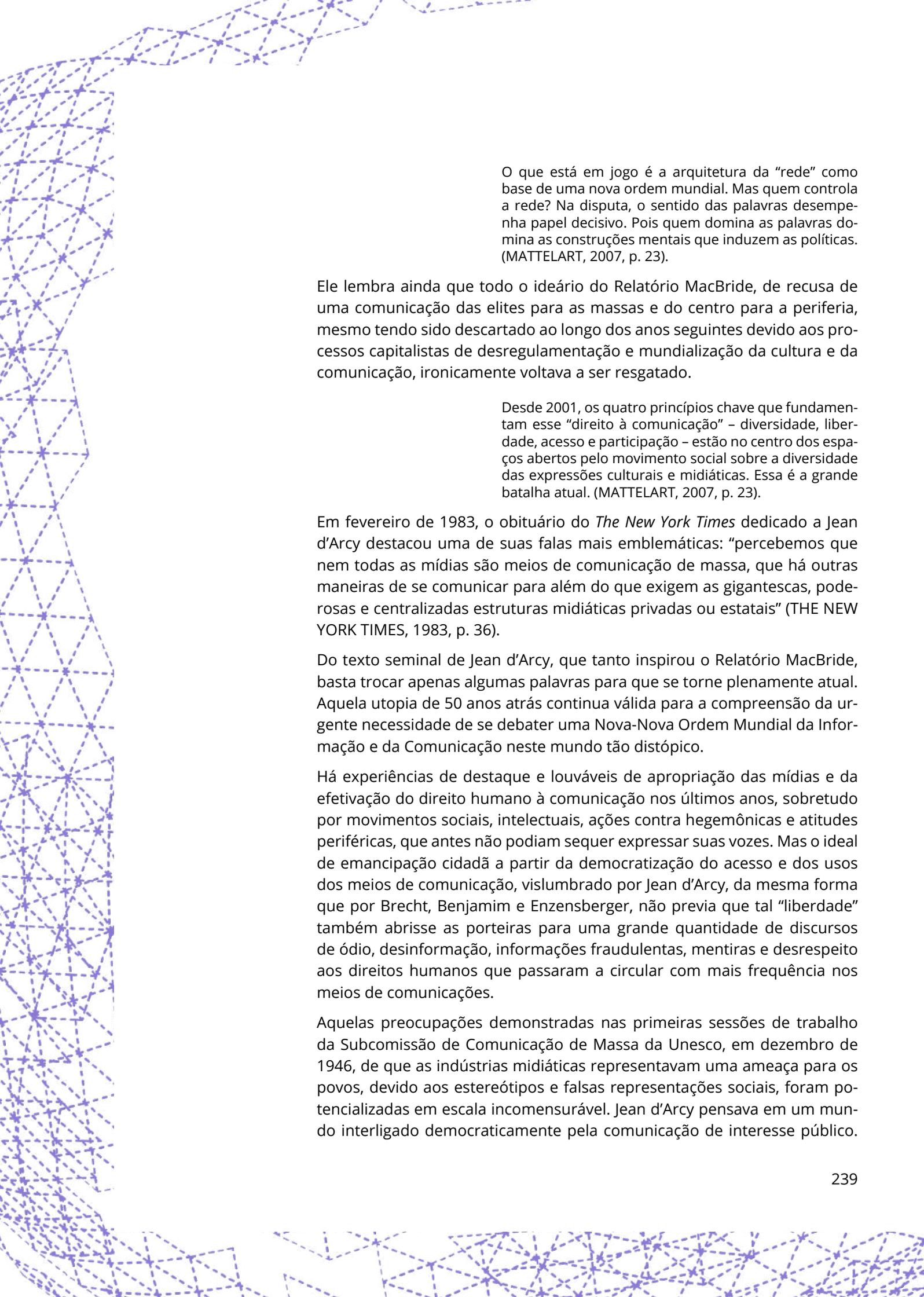
Dessa expectativa, o que mais fermentou na fundamentação do conceito do direito humano à comunicação não foi nem tanto a utilização do artefato tecnológico em si, mas a defesa de que as pessoas precisam se comunicar, e não apenas serem colocadas em um estado de isolamento pelos meios de comunicação de massa. O que era um mero fluxo verticalizado tinha potencial para se tornar um processo horizontalizado. E tal pensamento foi o que permeou quase todos os debates da Comissão MacBride.

O potencial emancipador bate no muro do capitalismo global

O que d'Arcy e Enzensberger acreditavam – assim como Brecht e Benjamin – era que o barateamento do acesso às tecnologias de informação e de comunicação criaria uma possibilidade de contraponto ao que o primeiro chamava de “monopólio de produção e distribuição” e o outro de “indústria da consciência”. Isso colaborou para a expectativa do mito da utopia planetária, como destacou Armand Mattelart (2002), onde poderia haver uma emancipação do consumidor passivo, convertendo-se em um emissor em potencial, sobretudo se agisse em coletividade.

Aquelas utopias sobre a democratização das comunicações não projetavam, no entanto, que grandes empresas da época, como *Disney*, *Warner Bros.*, *Time-Life*, *Columbia*, *RCA*, entre outras, viriam a crescer mais ainda com o passar do tempo e que se tornariam grandes conglomerados midiáticos na década de 1990. Tampouco imaginaram que mesmo essas, viriam a ser suplantadas anos depois por corporações como *Google*, *Amazon*, *Facebook*, *Apple* e *Microsoft* – o “GAFAM” –, ou ainda, pelas orientais *Baidu*, *Alibaba*, *Tencent* e *Xiaomi* – o “BATX”.

O deslumbre de alguns pelos artefatos tecnológicos cresceu mais ainda ao longo dos últimos anos, e o mito da comunicação horizontalizada renasceu. O que fez com que Armand Mattelart (2007) recorresse mais uma vez à proposta de Jean d'Arcy para analisar os fenômenos que estavam ocorrendo no início do novo milênio. Em um artigo publicado no *Le Monde Diplomatique*, com o título “Quem controla os conceitos?” (“A batalha das palavras”, na edição brasileira), ele afirma:



O que está em jogo é a arquitetura da “rede” como base de uma nova ordem mundial. Mas quem controla a rede? Na disputa, o sentido das palavras desempenha papel decisivo. Pois quem domina as palavras domina as construções mentais que induzem as políticas. (MATTELART, 2007, p. 23).

Ele lembra ainda que todo o ideário do Relatório MacBride, de recusa de uma comunicação das elites para as massas e do centro para a periferia, mesmo tendo sido descartado ao longo dos anos seguintes devido aos processos capitalistas de desregulamentação e mundialização da cultura e da comunicação, ironicamente voltava a ser resgatado.

Desde 2001, os quatro princípios chave que fundamentam esse “direito à comunicação” – diversidade, liberdade, acesso e participação – estão no centro dos espaços abertos pelo movimento social sobre a diversidade das expressões culturais e midiáticas. Essa é a grande batalha atual. (MATTELART, 2007, p. 23).

Em fevereiro de 1983, o obituário do *The New York Times* dedicado a Jean d’Arcy destacou uma de suas falas mais emblemáticas: “percebemos que nem todas as mídias são meios de comunicação de massa, que há outras maneiras de se comunicar para além do que exigem as gigantescas, poderosas e centralizadas estruturas midiáticas privadas ou estatais” (THE NEW YORK TIMES, 1983, p. 36).

Do texto seminal de Jean d’Arcy, que tanto inspirou o Relatório MacBride, basta trocar apenas algumas palavras para que se torne plenamente atual. Aquela utopia de 50 anos atrás continua válida para a compreensão da urgente necessidade de se debater uma Nova-Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação neste mundo tão distópico.

Há experiências de destaque e louváveis de apropriação das mídias e da efetivação do direito humano à comunicação nos últimos anos, sobretudo por movimentos sociais, intelectuais, ações contra hegemônicas e atitudes periféricas, que antes não podiam sequer expressar suas vozes. Mas o ideal de emancipação cidadã a partir da democratização do acesso e dos usos dos meios de comunicação, vislumbrado por Jean d’Arcy, da mesma forma que por Brecht, Benjamim e Enzensberger, não previa que tal “liberdade” também abrisse as portas para uma grande quantidade de discursos de ódio, desinformação, informações fraudulentas, mentiras e desrespeito aos direitos humanos que passaram a circular com mais frequência nos meios de comunicações.

Aquelas preocupações demonstradas nas primeiras sessões de trabalho da Subcomissão de Comunicação de Massa da Unesco, em dezembro de 1946, de que as indústrias midiáticas representavam uma ameaça para os povos, devido aos estereótipos e falsas representações sociais, foram potencializadas em escala incomensurável. Jean d’Arcy pensava em um mundo interligado democraticamente pela comunicação de interesse público.

Ele entendia que tecnologia poderia propiciar um intercâmbio contínuo de educação, informação e entretenimento para além das fronteiras, e que o ideal do cidadão telespectador ativo estava próximo. Só que não.

Referências

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

D'ARCY, Jean. Discours à l'École de guerre. **Action psychologique**, fév.1956. Archives du Comité d'histoire de la télévision.

D'ARCY, Jean. Direct broadcast satellite and the right to communicate. **EBU Review**, Genève, n. 118, p. 14-18, nov. 1969.

D'ARCY, Jean. **The Right to communicate**. Document n. 36. International Commission for the Study of Communication Problems. Paris: Unesco, 1978. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000034227>. Acesso em: 2 fev. 2020.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad, 2003.

LA TÉLÉVISION de demain. **Eurêka**, n. 12, 12 nov. 1969, ORTF. Disponível em: <https://www.ina.fr/video/I06304175/internet-l-anticipation-video.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FISCHER, Desmond. **O direito de comunicar**: expressão, informação e liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

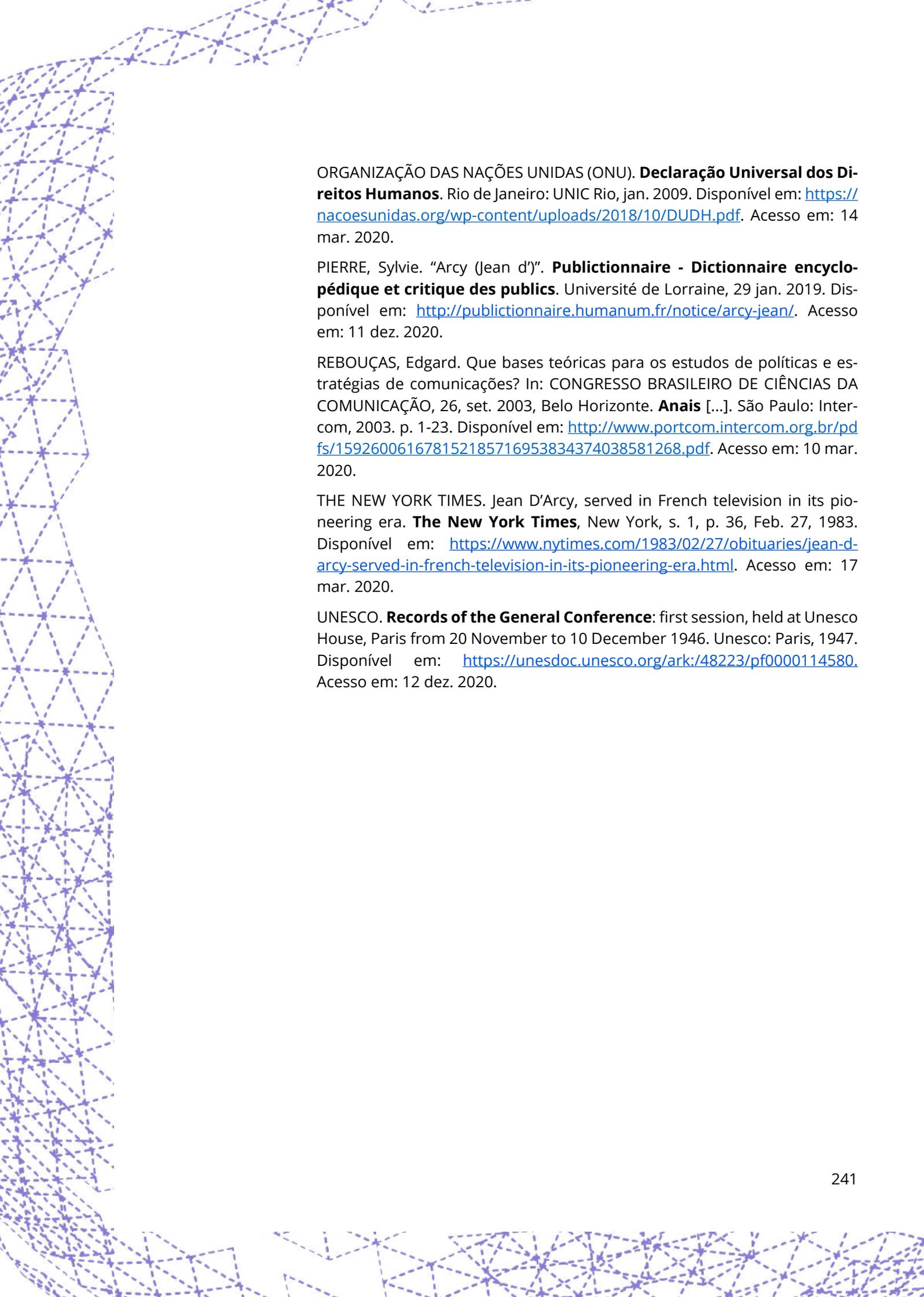
LUCENA GOMES, Raimunda Aline. **A comunicação como direito humano**: um conceito em construção. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3546>. Acesso em: 12 jul. 2020.

HAMELINK, Cees Jan. Direitos humanos para a sociedade da informação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Eds.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005, p. 103-152.

LEVY, Marie-Françoise. Jean d'Arcy et le développement des télévisions: réflexions et mises en oeuvre (1950-1959). **Sociétés & Représentations**, Paris, n. 36, p. 2005-217, 2013.

MATTELART, Armand. **História da utopia planetária**: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Sulinas, 2002.

MATTELART, Armand. Qui controle les concepts?. Le Monde diplomatique, Paris, n. 641, p. 23, out. 2007. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/2007/08/MATTELART/15008>. Acesso em: 13 maio 2020.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, jan. 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

PIERRE, Sylvie. "Arcy (Jean d)". **Publictionnaire - Dictionnaire encyclopédique et critique des publics**. Université de Lorraine, 29 jan. 2019. Disponível em: <http://publictionnaire.humanum.fr/notice/arcy-jean/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

REBOUÇAS, Edgard. Que bases teóricas para os estudos de políticas e estratégias de comunicações? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, set. 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2003. p. 1-23. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/159260061678152185716953834374038581268.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

THE NEW YORK TIMES. Jean D'Arcy, served in French television in its pioneering era. **The New York Times**, New York, s. 1, p. 36, Feb. 27, 1983. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1983/02/27/obituaries/jean-d-arcy-served-in-french-television-in-its-pioneering-era.html>. Acesso em: 17 mar. 2020.

UNESCO. **Records of the General Conference**: first session, held at Unesco House, Paris from 20 November to 10 December 1946. Unesco: Paris, 1947. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114580>. Acesso em: 12 dez. 2020.